

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA**
3 **QUINZE DE DEZEMBRO DE 2016, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO: 14h30min.**
5 **QUÓRUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): **Dener Saldanha**
6 **Matos** (representante do governo – SEMESC); **Clarice José Pires** (representante da sociedade civil
7 – APAE); **Marli Rodrigues Xavier Brito** (representante da sociedade civil – Abrigo Frei
8 Anselmo); **Lucidalva Barreto dos Santos** (representante da sociedade civil – Assistentes Sociais -
9 titular); **Nilma Vieira de Jesus** (representante da sociedade civil – Natal Justino da Costa - titular);
10 **Rosilene Cordeiro Máximo** (representante da sociedade civil – Associação Mão Amiga); **Severina**
11 **Alda de Aguiar** (representante da sociedade civil - Assistentes Sociais - suplente); **Ilma Costa**
12 **Marques** (representante da sociedade civil – Natal Justino da Costa - suplente); e **Neuzira Cardoso**
13 **Otoni** (representante da sociedade civil – Psicólogos). A vice presidente Lucidalva iniciou a reunião
14 cumprimentando a todos, ressaltando a finalização do ano, e que apesar de não haver um ponto de
15 pauta específico, seria necessário o repasse de algumas informações e encaminhamentos. Informou
16 que foram enviados ofícios ao Ministério Público, à Administração Municipal, aguardando a
17 manifestação dos mesmos. Falou ainda de algumas demandas, como a não realização da Audiência
18 Pública, análises de documentos, visitas institucionais e denúncias em aberto, que deverão ser
19 retomadas no início do próximo exercício. E que para tal seria importante a realização de um Plano
20 de Trabalho. Os presentes consideraram ainda a necessidade de reunião ordinária no mês de janeiro
21 uma vez que estará iniciando uma nova administração, com novos gestores. Lucidalva falou ainda
22 da importância de estabelecer um diálogo com o gestor da política de assistência social tão logo seja
23 possível, com vistas a articular a reconstrução dos serviços, programas e benefícios. Em seguida foi
24 recomposta a Comissão de Análise de Pedido de Registro pelos seguintes membros: Clarice,
25 Elizênia, Dilma e Severina Alda. Logo após a conselheira Marli, representante do Abrigo Frei
26 Anselmo relatou que possível comentário em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal,
27 com relação ao mau uso de recursos provenientes de campanhas junto à comunidade, por parte dos
28 responsáveis pelo equipamento, foi averiguado, sendo apurado que a pessoa que fez uso da tribuna
29 trazendo as informações, seria alguém que estaria passando por sérios problemas de saúde
30 psíquica/mental e que dessa forma, após analisarem a situação concluíram que não seria viável
31 buscar esclarecer os fatos com a mesma. Mas que a diretoria decidiu, que de qualquer forma, iriam
32 veicular informações, prestando contas à comunidade dos recursos recebidos pelo Abrigo Frei
33 Anselmo. Tomando a palavra, a conselheira Severina Alda, técnica do Serviço de Acolhimento
34 Institucional na modalidade de Casas Lares, informou que devido a uma denúncia realizada junto à
35 Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através do disque 100, o juiz da
36 infância e adolescência afastou o coordenador do serviço e dois cuidadores. Falou que a denúncia

37 tratava de maus tratos aos acolhidos, mas que, no entanto, não teriam fundamento, e que
38 provavelmente a denúncia seria motivada por descontentamento de alguns cuidadores e auxiliares
39 que recusam-se em realizar o trabalho alegando não serem suas atribuições inerentes ao cargo, e que
40 teriam entrado em atrito com a coordenação e a equipe técnica. Os servidores em questão alegam
41 desvio de função, que as atribuições a eles delegadas seriam afetas ao cargo de serviços gerais,
42 havendo inclusive a abertura de processos judiciais no intuito de uma readequação de função.
43 Severina Alda falou ainda das precárias condições em que estariam funcionando as duas unidades,
44 especialmente em decorrência do ocorrido, causando diversos transtornos à manutenção do serviço
45 e diretamente no estado emocional das crianças e adolescentes. Relatou que a decisão judicial foi
46 proferida pelo juiz substituto, e que o juiz atualmente na Vara da Infância e Adolescência,
47 comprometeu-se em analisar a situação com a máxima urgência, antes do recesso de final de ano,
48 havendo inclusive na data desta reunião uma audiência para oitiva dos envolvidos. Severina Alda
49 afirmou que o coordenador afastado não foi empossado na função, que seu cargo seria de cuidador e
50 também a sua remuneração não estaria sendo compatível, no entanto o mesmo sempre
51 desempenhou com dedicação e responsabilidade a função de coordenação. Lucidalva falou que
52 seria necessário o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA se
53 apropriar do problema, mas que o CMAS como órgão fiscalizador do serviço, poderia enviar ofício
54 à Administração exigindo a manutenção do serviço, em caráter de urgência, até o desenrolar do
55 processo judicial, encaminhando ainda cópia ao Ministério Público. Sendo acatado por todos os
56 conselheiros presentes. Em seguida a conselheira Ilma, técnica da Casa de Passagem relatou
57 problemas com conselheiros tutelares, que usam de sua função para coagir a coordenação do
58 equipamento, para obrigá-los a receber adolescentes desacompanhados dos responsáveis, sendo esta
59 uma situação recorrente. A conselheira tutelar Danusa alega ausência de estrutura da sede do
60 Conselho Tutelar e que dessa forma a Casa de Passagem seria obrigada a atender. No entanto, a
61 Casa de Passagem é um serviço oferecido à população adulta em situação de rua e migrância,
62 estando totalmente incoerente com a política de atendimento de crianças e adolescentes. Os
63 conselheiros presentes avaliaram a gravidade da situação, sugerindo o envio dos fatos ao CMDCA e
64 ainda a comunicação ao Ministério Público, para que seja apurada a conduta da conselheira tutelar.
65 Nada mais havendo a tratar, a vice presidente encerrou a reunião, e eu, Isabel Aparecida Cruz
66 Randi, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes. **ENCERRAMENTO:**
67 **16h20min.**

68